



AO DR(A). PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS/MG.

Pregão Eletrônico nº 033/2025

Processo Licitatório nº 070/2025

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Cesta Básica

A **SCJ ATACADO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 51.490.695/0001-78, com sede na Estrada Principal para Itagrancel, nº 555, Distrito Industrial, Itabira/MG, neste ato representada pelo Sr. **Alexandre Dionísio Vieira**, CPF nº 012.037.136-73, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

com fulcro nos artigos 164 e 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão dos equívocos que culminaram na declaração de vencedora da empresa **Recorrida: BSR TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA – CNPJ nº 36.779.260/0001-54**, requerendo que as razões recursais sejam recebidas pelo Pregoeiro para análise e, caso não alterado o resultado final, seja o processo remetido à Autoridade Superior para apreciação do mérito, inclusive com a aplicação de efeito suspensivo.

Termos em que pede deferimento.

Itabira, 21 de outubro de 2025.



1. PRELIMINARMENTE

1.1. DA TEMPESTIVIDADE

De acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, art. 4º, XVIII, utilizada para deflagrar o pregão em curso, declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, ficando os demais licitantes intimados, desde logo, a apresentarem contrarrazões em igual prazo, contados a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

Aberto o prazo em **17/10/2025**, o prazo final para interposição do recurso expira em **22/10/2025, às 23h59min**. Portanto, o presente recurso é tempestivo.

2. DOS FATOS

Em virtude da decisão proferida pelo Pregoeiro, a Recorrente requer a **inabilitação da empresa BSR TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA**, considerando os fatos e argumentos a seguir expostos.

2.1. Do descumprimento técnico do objeto

Durante a análise das propostas apresentadas no **item 0001 (Macarrão com Sêmola)**, verificou-se que a empresa **BSR Transporte e Logística Ltda.** apresentou como produto o **“Macarrão Espaguete Roberta”**, conforme sua proposta comercial.

12	Macarrão espaguete número 8, elaborado com ovos, composto por sêmola de trigo enriquecida com ferro, ácido fólico e corantes naturais de urucum e cúrcuma, isento de substâncias estranhas ou nocivas, acondicionado em pacote plástico transparente, resistente e bem vedado, contendo no mínimo 500 g	KILO	2	ROBERTA	4,09	8,18
-----------	---	------	---	---------	------	------

Todavia, conforme descrição técnica do produto **“Macarrão Espaguete com ovos Roberta”**, o mesmo **não contém sêmola em sua composição**, sendo fabricado

com farinha de trigo comum e ovos, conforme especificação constante no material técnico e informativo da própria marca

MACARRÃO ESPAGUETE ROBERTA



O "Macarrão Espagete com ovos Roberta" é um tipo de massa alimentícia da marca Roberta, vendida geralmente em pacotes de 500g, que se distingue pela adição de ovos à sua composição, conferindo-lhe uma textura diferenciada e um sabor mais rico em comparação com espaguetes convencionais. É um produto versátil para diversas receitas e possui boa capacidade de absorção de molhos, sendo uma opção prática e saborosa para o preparo de pratos italianos em casa

- **Composição:**

Feito com farinha de trigo e ovos selecionados, o que lhe confere uma textura e sabor característicos.



O edital exige expressamente o fornecimento de macarrão elaborado com sêmola de trigo, conforme Termo de Referência, o que não é atendido pelo produto indicado pela empresa recorrida.

12	Macarrão espagete número 8, PCT elaborado com ovos, composto por sêmola de trigo enriquecida com ferro, ácido fólico e corantes naturais de urucum e cúrcuma, isento de substâncias estranhas ou nocivas, acondicionado em pacote plástico transparente, resistente e bem vedado, contendo no mínimo 500 g.	7000	7,67	53.690,00
----	---	------	------	-----------

Assim, a marca Roberta não atende às especificações técnicas exigidas, configurando descumprimento do item 6.7.2 do edital, que determina a desclassificação de propostas que não obedeçam às especificações técnicas do Termo de Referência.

3. DO DIREITO

A empresa recorrida descumpriu exigências expressas do edital e da Lei nº 14.133/2021:

3.1. Do descumprimento técnico do objeto

O macarrão da marca Roberta, indicado pela empresa BSR, não contém sêmola.

O produto é composto exclusivamente por farinha de trigo e ovos, conforme documentação da própria marca.

O edital, em seu item 4.1.4, vincula o licitante à fiel observância das especificações do Termo de Referência, sendo vedada a oferta de produto divergente.

Desse modo, a proposta da empresa BSR viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e deve ser desclassificada, nos termos do art. 59, II, da Lei



nº 14.133/2021.

3.2. Da vedação de substituição posterior do produto

Conforme o item 6.7.5 do edital, não se admite a substituição do produto após o julgamento, quando constatada desconformidade técnica.

Assim, a empresa não pode corrigir ou substituir o produto indicado em proposta, sob pena de violar os princípios da isonomia e da competitividade leal.

3.2. Da necessidade de desclassificação da proposta

O art. 71, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 prevê a desclassificação de proposta que não atenda às exigências do edital ou não comprove a compatibilidade técnica com o objeto.

O produto ofertado não possui sêmolá em sua formulação, sendo tecnicamente incompatível com o item licitado, motivo pelo qual deve ser desclassificada a empresa BSR Transporte e Logística Ltda.

4. DO VÍNCULO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O princípio do vínculo ao instrumento convocatório materializa o princípio da legalidade no processo licitatório.

Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/21, prevê expressamente o vínculo ao instrumento convocatório como princípio básico:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da



transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

A observância ao edital efetiva o princípio inscrito dentre os demais princípios que regem a Administração Pública, disposto no caput do artigo 37 da Carta Magna:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer do Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

O princípio da legalidade é a base de todos os demais princípios, uma vez que instrui, limita e vincula as atividades administrativas, conforme refere Hely Lopes Meirelles:

A legalidade, como princípio de administração (CF, art.37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da lei 9.784/99. Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos.

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade



peçoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'poder fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'."(in Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, 27ª ed., p. 86).

No mesmo sentido, leciona Diógenes Gasparini:

O Princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade do seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal ou que exceda o âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe à anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular.

De fato, este pode fazer tudo que a lei permite e tudo o que a lei não proíbe; aquela só pode fazer o que a lei autoriza e, ainda assim, quando e como autoriza. Vale dizer, se a lei nada dispuser, não pode a Administração Pública agir, salvo em situação excepcional (grande perturbação da ordem, guerra)" (in GASPARINI, Diógenes, Direito Administrativo, Ed. Saraiva, SP, 1989, p.06)

Portanto, uma vez demonstrado o descumprimento ao devido processo legal e ao princípio da legalidade, tem-se por inequívoca a nulidade do ato administrativo.

3.4. DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

A Administração não exigiu da empresa vencedora comprovação da **exequibilidade da proposta**, em desacordo com o art. 59, III e IV, da Lei de Licitações, que prevê a desclassificação de propostas inexecutáveis ou cuja exigibilidade não seja demonstrada.



Trata-se de providência indispensável para resguardar o interesse público e evitar futuros pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Sendo assim, se tratando de um processo de aquisição de cestas básicas, para evitar transtornos e possíveis pedidos de reequilíbrio financeiro para fornecimento de tal objeto, seria de extrema objetividade a administração pública solicitar a comprovação de exequibilidade financeira pela empresa classificada em primeiro lugar, apresentando notas fiscais de compras com datas próximas ao certame, não após ao certame e outros documentos pertinentes, abordando os pontos abaixo:



1. **Identificação dos Custos:** A proposta apresenta apenas o "Custo Estimado" e o "Valor de Custo do Produto", sem descrever detalhadamente os custos diretos e indiretos envolvidos na aquisição das cestas de Natal. A ausência de detalhamento compromete a transparência do processo licitatório.
2. **Orçamento Detalhado:** Não foi fornecido um orçamento detalhado que inclua os preços unitários e a quantidade necessária de cestas de Natal. Isso dificulta a avaliação da consistência dos valores apresentados.
3. **Impostos e Taxas:** Não há informações sobre os impostos que incidem sobre a compra das cestas ou taxas de licitação. Isso impossibilita a análise adequada dos custos totais.
4. **Margem de Lucro ou Taxa de Mark-up:** Não foi especificada a margem de lucro desejada ou a taxa de mark-up, caso aplicável. Isso torna a proposta incompleta em termos de composição de custos.
5. **Exequibilidade da Proposta:** A ausência de informações detalhadas sobre custos e a falta de comprovação da exequibilidade tornam a proposta inadequada para avaliação. Não é possível determinar se o valor total proposto é viável em relação ao orçamento disponível.

A Lei de Licitações, em seu art. 59, inciso III e IV, serão desclassificadas as propostas que:

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

Ao habilitar uma empresa que se mostra incapaz de cumprir com as obrigações estipuladas em edital, a administração pública, sem qualquer motivação ou razoabilidade, fere o **princípio da isonomia**, pois confere tratamento diferenciado, em prejuízo ao recorrente sem qualquer amparo legal.

Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável de todo e qualquer ato público, conforme leciona Adilson Abreu Dallari:

O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio



republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De seu República e Constituição (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: "...Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todos os princípios constitucionais e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicanamente, decidiu criar. A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado..." (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. Ed. Fórum, 2005. Pg.92)

Portanto, qualquer ato que venha a comprometer a igualdade entre os administrados deve ser rechaçado pelo Poder Judiciário - como no presente caso.

Afinal, trata-se de ato que contraria o próprio princípio da finalidade, da eficiência e da razoabilidade, pois acaba por reduzir a maior amplitude de opções a atingir o objetivo público. A esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera:

*(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), **com a destinação pública própria (princípio da finalidade)**, com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e **rendimento funcional (princípio da eficiência)**. **Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado.** (in*



Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716).

Sendo assim, outro deslinde não pode ter o presente caso a não ser a revisão do ato administrativo impugnado, para que seja considerada.

Com isso, pode a essa administração, na figura da Pregoeira, revisar os atos administrativos praticados, na forma da Súmula 473 do STF, anulando aqueles eivados de ilegalidade, retornando o processo para a fase anterior, solicitando comprovação de exequibilidade.

É sempre bom lembrar que, todas as ações praticadas pela Administração Pública, precisam perseguir o interesse público, que deve estar atrelado aos princípios primordiais descritos no art. 37, caput da Constituição Federal.

Dessa forma, deverá o Pregoeiro desclassificar a referida empresa e convocar a empresa melhor classificada no referido certame, sopesando o interesse público, uma vez que o objeto está atrelado a entrega para administração de Bocaina de Minas.

5. DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer:

- a) Sejam aceitas as presentes razões, para que a D. Pregoeira, firme na Súmula 473 do STF, reveja o ato administrativo que habilitou a referida empresa acima, para anulá-lo, e seja concedido o efeito suspensivo ao presente recurso;
- b) **A desclassificação da proposta da empresa BSR TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA**, CNPJ nº 36.779.260/0001-54, para o **item (Macarrão com Sêmola)**, por não atender às exigências do edital e por ofertar produto sem sêmola em sua composição;
- c) A consequente **reclassificação das licitantes remanescentes**, observando-se a ordem de classificação e o critério do **menor preço**;
- d) A **manutenção da lisura e isonomia** do certame, em respeito aos princípios previstos nos **arts. 5º, 11 e 14 da Lei nº 14.133/2021**.



- e) Na hipótese de não ser acatado o pedido, o que se apenas argumenta, requer-se que faça subir este Recurso Administrativo, informando devidamente à Autoridade Hierarquicamente Superior, para fins de direito e respeitando a Lei 14.133/2021, atribuindo-se ao presente recurso o efeito suspensivo;
- f) Pede, por fim, seja oficiado o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público sobre a decisão a ser tomada, dada a ilegalidade perpetrada por esse órgão, acaso a mantida a decisão, sem prejuízo do ingresso na via judicial, por parte dessa recorrente, por ter tido seu direito líquido e certo, cerceado.

Nestes termos pede e espera deferimento.

Itabira, 21 de outubro de 2025.

Alexandre Dionísio Vieira Diretor Comercial

CPF: 012.037.136-73

RG: 104.180-16